



'Luiz Estevão quer a representação no DF' em todos os níveis para que ela seja mais representativa e atuante

Estevão pede mandatos locais

O empresário Luiz Estevão de Oliveira Neto defendeu ontem no seminário "O Futuro Político de Brasília" a criação de uma fórmula nova de representação para o Distrito Federal. Segundo o empresário, o sentimento político é uma aspiração normal do homem. Lembrando os casos dos países em que há distritos federais (Estados Unidos, Venezuela, México), advertiu que a semelhança deve ser buscada com os que construíram cidades com a destinação específica de serem suas capitais, as cidades de Islamabad, Camberra, Washington e Nova Deli. Em todos os casos, afirmou, estas cidades estão próximas de centros econômicos de porte, o que não acontece com Brasília, cuja proposta foi a de provocar a ocupação do Centro-Oeste, desencadeando um fluxo migratório nessa direção. Com isso, defendeu, a cidade passou a dispor de problemas específicos, caracterizados por uma população que reúne níveis maiores de complexidade e passou a ter finalidade econômica e social.

Embora considerando que Brasília caminhará para a participação no Congresso Nacional, onde são discuti-

dos os grandes problemas nacionais, Luiz Estevão localizou na representação local aquela que iria atender às maiores aspirações da população do Distrito Federal, vinculadas à solução de problemas relevantes do seu dia-a-dia. Outro aspecto que levantou o empresário é que quase todas as grandes lideranças políticas do país nasceram de mandatos locais, como vereadores ou prefeitos. Por isso, o empresário de Brasília discute a existência de lideranças não legitimadas pela defesa dos interesses locais.

ORGANIZAÇÃO

O empresário Luiz Estevão, que participou do painel "Os caminhos do voto", na parte da manhã, acha que o primeiro passo para a representação política do Distrito Federal deve ser o fortalecimento das organizações comunitárias existentes, buscando a sua legitimação. Essa organização da comunidade, que o empresário acha que ainda não está suficientemente cristalizada, seria o fator que desencadearia a maior participação da população de Brasília na busca de uma maior presença nas decisões locais.

BRASILIA

Ao comentar a situação

privilegiada de Brasília em relação às demais grandes cidades brasileiras que, segundo o empresário, "tem o melhor índice de escolaridade do Brasil, o melhor índice de atendimento médico-hospitalar do Brasil, além da menor taxa de mortalidade infantil do país", Luiz Estevão foi questionado pelos participantes do seminário promovido pelo **Correio Braziliense**, entre eles Francisco Domingos, da Associação dos Vigilantes.

Respondendo, Estevão afirmou que se Brasília ainda não atingiu um estágio ótimo na qualidade desses serviços, é aqui que se vive uma situação melhor em termos de serviço público, quando comparada com outras cidades brasileiras. "E estatístico, lembrou o conferencista, que inúmeras pessoas se deslocaram para Brasília e grande parte desse fluxo migratório para a cidade é atraído pela qualidade de tudo que ela oferece em relação ao restante do país".

Outra questão colocada para resposta do empresário se refere a existência de favelas em Brasília, uma cidade planejada e muito nova que não deveria comportar tal tipo de problema. Ao res-

ponder a perguntas de sua tese, da necessidade da discussão da comunidade de determinadas decisões, explicou: "houve uma decisão tomada há algum tempo atrás em Brasília de se suspender a construção de moradias populares porque acreditava-se que isso contaria o fluxo migratório para o Distrito Federal. Era a teoria de que não oferecendo habitação, as pessoas não se deslocariam para cá, e foi uma medida tomada sem qualquer consulta à comunidade e que redundou na situação presente.

Respondendo se seria possível a existência do Distrito Federal como unidade da federação sem a presença de seus representantes no Congresso da União, Luiz Estevão disse que o problema não existe pois Brasília já é uma unidade da federação: "essa é uma situação que Brasília já ostenta. Destaco aqui a fundamental importância de que a Capital da República não alije a comunidade como base essencial de consulta para sua tomada de decisões, e que seus cidadãos tenham a liberdade de propor outras formas de representação que não as obrigatoriamente já existentes.